

Memorando nº165 /2016/DIRAD/DIPRO/ANS

Rio de Janeiro, 14/09/2016.

**À
COADC**

Assunto: Minuta de Resolução Normativa – RN que altera o Regimento Interno da ANS relativo à Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO e a Diretoria de Desenvolvimento Setorial -DIDES.

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno da ANS, no âmbito da DIPRO e DIDES.

A matéria foi apreciada pela Diretoria Colegiada da ANS na reunião realizada em 08/09/2016, 451ª Reunião de Diretoria Colegiada e encaminhada em seguida para à PROGE, para análise jurídica e formal, resultando na Nota nº00004/2016/PROGE/PFANS/PGF/AGU, e na Nota Técnica n.00023/2016/GECOS/PFANS/PGF/AGU.

Todas as sugestões/ponderações sugeridas pela PROGE foram acolhidas, inclusive o esclarecimento do questionamento contido no item 3.1 da Nota Técnica n.00023/2016, que após consulta a Diretora Adjunta da DIDES, a mesma informou que a atribuição ficará na própria Diretoria da DIDES.

Abaixo apresentamos a tabela comparativa com as demais sugestões/ponderações contidas na Nota Técnica GECOS/PFANS:

QUADRO COMPARATIVO

Minuta apresentada na DICOL (08/09/2016)	Minuta após análise da PROGE
<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2016</p> <p>Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009.</p> <p>A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; bem como o inciso IV do art. 6º e a alínea "a" do inciso II do art. 86, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.</p> <p>Art. 1º A presente Resolução Normativa – RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.</p> <p>Art. 2º O art. 23 da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, passa a vigorar, acrescido do inciso XXX, com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 23.</p> <p>XXX - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde;</p> <p>Art. 3º Fica revogado o inciso XXV art. 43, da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.</p> <p>Art. 4º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº XXXX, DE XX DE XXXXXX DE 2016</p> <p><i>Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, a RN nº 198, de 16 de julho de 2009.</i></p> <p>A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; bem como o inciso IV do art. 6º e a alínea "a" do inciso II do art. 86, todos da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, em reunião realizada em XX de XXXXXX de 2016, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.</p> <p>Art. 1º A presente Resolução Normativa – RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar, instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009.</p> <p>Art. 2º O art. 23 da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, passa a vigorar, acrescido dos incisos XXX e XXXI, com as seguintes redações:</p> <p>“Art. 23.</p> <p>XXX - efetuar estudos e propor normas referentes aos aspectos econômico-financeiros dos mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde; e</p> <p>XXXI - indicar os aspectos econômico-financeiros referentes à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de fator moderador como mecanismo de regulação no uso dos serviços de saúde.</p> <p>.....”</p> <p>Art. 3º O inciso V do art. 38, o § 4º do art.43, os incisos XI e XII do art.48, todos da RN nº 197, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art.38.</p> <p>V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde.</p> <p>.....” (NR)</p> <p>“ Art. 43.</p> <p>§ 4º Compete à Gerência Econômico-Financeira e Atuarial dos Produtos - GEFAP auxiliar a GGREP, em especial, no exercício das atribuições previstas nos incisos XXII, XXIII, XXIV, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX XXXII, XXXIII do caput deste artigo.” (NR)</p> <p>“ Art. 48.</p> <p>XI - analisar e executar as normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde; e</p> <p>XII - executar e estabelecer critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização pelas operadoras dos produtos referidos no inciso I deste artigo de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde.” (NR)</p> <p>Art. 4º Fica revogado o inciso XXV art. 43, da RN nº 197, de 16 de julho de 2009.</p> <p>Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Diante do exposto, e considerando ter sido seguido todo o trâmite legal, encaminho a minuta de Resolução Normativa – RN para aprovação da DICOL.

Atenciosamente,



Carla de Figueiredo Soares

Diretora- Adjunta Substituta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos

